

## **Estado, empresariado industrial e aprendizagem industrial na Era Vargas, 1934 – 1945**

Maurício Gonçalves Margalho\*

### Resumo

O artigo abordará a atuação do empresariado industrial no projeto de aprendizagem industrial no Brasil. Por meio análise de documentos como atas de reunião, relatórios e correspondências, abordaremos a participação dos intelectuais orgânicos da indústria no projeto político-pedagógico que culminou com o sistema de aprendizagem industrial. Salientamos as relações sociais entre os industriais e Gustavo Capanema – ministro da Educação e Saúde Pública. Levando-se em conta, como ressaltou Pierre Bourdieu, que o sistema de ensino colabora na reprodução estrutural das relações de força, acreditamos que o trabalho apresentará contribuição relevante para um debate sobre as formas de violência simbólica que, estrategicamente, o capital exerce sobre o trabalho no exercício cotidiano de luta/manutenção da sua hegemonia sobre as classes subalternas.

Palavras-chave: Estado, aprendizagem industrial e hegemonia.

### Abstract

The article will address the performance of industrial entrepreneurs in the industrial learning project in Brazil. Through analysis of documents such as meeting minutes, reports and correspondence, we will discuss the participation of the organic intellectuals of industry in the political-pedagogical project that culminated in the industrial learning system. We emphasize the social relations between the industrialists and Gustavo Capanema - minister of Education and Public Health. Taking into account, as pointed out by Pierre Bourdieu, that the educational system collaborates in the structural reproduction of the relations of force, we believe that the work will present a relevant contribution to a debate on the forms of symbolic violence that, strategically, capital exerts on the work in the daily exercise of struggle / maintenance of his hegemony over the subaltern classes.

Key words: State, industrial learning and hegemony.

---

\* Doutor em História Social pelo PPGH/UFF. Professor de História, SEEDUC-RJ.

## **1. Educação profissionalizante para o operariado fabril: um projeto político-pedagógico do capital industrial**

A partir do início do Primeiro Governo Vargas, a educação escolar brasileira passou por mudanças significativas. É consenso que houve, nos diversos níveis de ensino, e para setores cada vez mais amplos da sociedade, uma “progressiva extensão das oportunidades de acesso à escola” (BEISIEGEL In: FAUSTO, 2007). Nos limites estabelecidos no presente artigo, daremos ênfase ao ensino industrial. A chamada Revolução de 1930 efetuou um reajustamento entre os setores da sociedade cujos desdobramentos e interconexões ocorreram em três pontos centrais: sociopolítico, socioeconômico e sociocultural. A formação do ensino industrial se relaciona com esses três pontos.

O deslocamento do eixo econômico predominantemente agroexportador para o urbano industrial demandava a reorganização e expansão da educação escolar voltada a formação do trabalhador fabril. Segundo o clássico estudo de Otaíza de Oliveira Romaneli, “a intensificação do capitalismo industrial no Brasil, que a revolução de 30 acabou por representar, determinou o conseqüentemente o aparecimento de novas exigências educacionais.” A conjuntura que emergiu a partir de 1930 modificou “profundamente o quadro das aspirações sociais, em matéria de educação, e, em função disso, a ação do próprio Estado.” (ROMANELI, 1986).

A conjuntura da década de 1930 criou condições que favoreceram a participação mais ativa dos intelectuais orgânicos<sup>1</sup> dos industriais nas agências do Estado restrito, o que viabilizou sua maior atuação no projeto do Governo Vargas para atender as demandas do capital industrial e suas frações pela formação de uma mão de obra devidamente preparada para a rotina do trabalho fabril. Isso resultou no engajamento de lideranças dos industriais na formação das políticas educacionais usadas na formação dos operários que trabalhariam em suas indústrias.

Em 1934, com o surgimento da Superintendência do Ensino Industrial, as associações privadas dos industriais puderam colaborar com o projeto de criação das escolas profissionais. Essa política de educação tinha como finalidade, também, fazer com que as classes trabalhadoras fabris introjetassem em seu *modus vivendi* os valores difundidos pelas classes dominantes.

---

<sup>1</sup> Usamos o conceito gramsciano de intelectual orgânico. Para compreendê-lo, vide o livro de Antonio GRAMSCI arrolado na bibliografia.

Fazendo uma contextualização sociocultural com a forma como se dava a ação das lideranças industriais nas agências do Estado capitalista do pós 1930<sup>2</sup>, podemos afirmar que o projeto de aprendizagem industrial consubstanciava as ideias autoritárias e paternalistas das classes dominantes no campo de uma política educacional voltada para assegurar a reprodução cultural e social apropriadas as relações de força entre o capital e os trabalhadores fabris.

De acordo com o pensamento das classes dominantes e dirigentes que ocupavam o bloco no poder, o crescimento do parque industrial brasileiro não dependia tão somente da produção de aço, máquinas, equipamentos, energia elétrica e petróleo, assim como do investimento em meios de comunicação e transporte – era essencial que houvesse um projeto político-pedagógico do Estado capitalista voltado a formar e disciplinar a força de trabalho que atuaria nos parques industriais. Além de investir em infraestrutura, era preciso educar e disciplinar os portadores da força muscular que formariam o proletariado fabril nos anos 1930 e 1940.

Em análise a respeito da condição do ensino industrial na Primeira República, o ministro Capanema escreveu que este era o menos “fértil” da vida escolar brasileira. Faltava-lhe sistematicidade, uma vez que era desprovido de um plano capaz de firmar-lhe uma diretriz e, portanto, uma ordem. Acrescentava, ainda, que a rede escolar destinada ao ensino industrial era “falha e reduzida, não crescia de acordo com as exigências da indústria” (CAPANEMA apud: SCHWARTZMAN, 1983). As lideranças orgânicas do empresariado industrial viam a educação sob o prisma das transformações econômico-sociais decorrentes do gradativo deslocamento do eixo dinâmico da economia do setor rural para o polo produtivo de base urbano-industrial. Acreditavam, portanto, que o Estado exerceria função estratégica nas políticas de aprendizagem industrial. Segundo ressaltou Euvaldo Lodi,

Temos de preparar o homem para a nova paisagem física e social emergente no Brasil, que não será apenas o resultado de tendências incoercíveis, a soma dos fatos consumados, mas resultante de um propósito racional, a consequência de um plano inteligente. Formar homens de que o Brasil necessita, eis a tarefa da educação. Esta tarefa compreende o estudo e a proposição dos fins, a escolha e o aperfeiçoamento dos métodos e a instituição dos órgãos adequados (LODI apud MOURÃO, 1992, pp. 83-84).

---

<sup>2</sup> A formação de bancadas classistas na Assembleia Constituinte e na Câmara dos Deputados, a crescente influência dos industriais nos conselhos técnicos e consultivos e o *modus operandi* dos representantes de seus aparelhos privados de hegemonia nos órgãos governamentais são indicativos da crescente participação das classes e frações industriais no Estado. Isso resultou na organização dos porta-vozes do capital industrial em blocos de pressão que atuavam, também, no interior das agências do Estado-governo, participando e influenciando na formulação das políticas públicas.

É importante observar a participação dos aparelhos privados do capital industrial na formulação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI. Convém ressaltar que as relações sociais entre Euvaldo Lodi e Gustavo Capanema antecedem a nomeação do último à pasta da Educação e Saúde Pública. Em 21 de dezembro de 1933, Jurandir Lodi – irmão de Euvaldo Lodi – escreveu ao Gustavo Capanema<sup>3</sup>, então interventor federal interino no estado de Minas Gerais. Na carta, Capanema era informado que Euvaldo Lodi ouviu e participou de algumas conversas que permitiam deduzir que Capanema seria “convidado para a pasta da Educação.”<sup>4</sup>

As correspondências analisadas revelam uma relação de proximidade entre Euvaldo Lodi, Jurandi Lodi e Gustavo Capanema. O capital social acumulado por Euvaldo Lodi, por meio de sua rede de relações, era bastante valioso para qualquer político. Não descobrimos as fontes de informação sobre a provável indicação de Capanema a pasta da Educação, contudo, poder dispor dessa informação confidencial dava grande vantagem no jogo político. Em telegrama para Euvaldo Lodi, datado de 13 de dezembro de 1933, Gustavo Capanema escreveu:

meus agradecimentos pelas generosas demonstrações [de] apreço com que me distinguiu e através das quais pude avaliar a lealdade, devotamento e desassombro de sua ação pública. (...) Continuarei, com prazer, as suas ordens.<sup>5</sup>

A respeito de Euvaldo Lodi, as relações sociais dele deixam transparecer a questão dos vínculos dos empresários industriais com agentes na sociedade política. Em carta confidencial escrita a Gustavo Capanema, em 09 de dezembro de 1933, E. Lodi abordou as articulações políticas que ocorriam na Constituinte. Mencionou uma crise ministerial, que tinha como protagonistas Oswaldo Aranha e Afrânio de Mello Franco. A análise da correspondência não permitiu esclarecer a qual crise ministerial se refere o industrial mineiro. No entanto, fica evidente a função estratégica do deputado constituinte como um dos aliados do Governo Provisório no Legislativo. Na carta o deputado Lodi informou a Capanema que esteve com o Oswaldo Aranha e que este “declarou que, estando o governo a agir mais para a direita, entendeu, por motivos de

---

<sup>3</sup> Ao tomar posse no governo do estado de Minas Gerais em setembro de 1930, Olegário Maciel convidou Gustavo Capanema para ser seu chefe-de-gabinete. Participando de revolução de 1930, aos 30 anos Capanema foi nomeado secretário do Interior de Minas Gerais no governo Olegário Maciel, presidente do estado de Minas Gerais (1930-1933). Exercer a função de secretário do Interior significava ser o chefe de polícia (SCHWARTZMAN [et all], 2000).

<sup>4</sup> CPDOC, FGV-RJ. Arquivo Jurandir Lodi. GC b / LODI, J.

<sup>5</sup> CPDOC, FGV-RJ. Arquivo Euvaldo Lodi. GC b. / LODI, E.

ordem pessoal, salvaguardar-se com a entrega da pasta; mas que isso não implicaria oposição ao Getúlio [Vargas], a quem continuaria a apoiar.”<sup>6</sup>

No que se relaciona aos princípios do ensino industrial, o Estado Novo fez as adequações do mesmo aos limites do Autoritarismo. A Constituição de 1937 manteve o antigo destino do ensino industrial em seu aspecto mais relevante, que era o de educar os “menos favorecidos” para o exercício de uma função específica no mundo do trabalho. Para tanto, conforme estabelecia a lei,

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a este dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos estados, dos municípios e dos indivíduos ou associações profissionais.<sup>7</sup>

Ao fazer um balanço do ensino no Brasil durante o quinquênio de 1932 a 1936, o boletim do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP) deixou evidente o caráter fortemente classista com o qual seu projeto político pedagógico estava “ancorado”. O ensino era discriminado em duas modalidades: comum e especial. O ensino comum era formado pelo primário e secundário. Sua finalidade era “a formação geral do homem e do cidadão.” De acordo com o referido boletim, o ensino especial objetivava “dar a criança, ao jovem ou ao adulto, a iniciação ao trabalho ou maior habilitação para ele, revelando as tendências da vida econômica ou social do povo, segundo o desenvolvimento que apresente, em cada modalidade.”<sup>8</sup>

O projeto político-pedagógico do Estado Novo tinha o MESP como a “ponta de lança” no processo de dominação sociocultural do capital sobre o trabalho. Tratava-se de conformar as mentalidades e criar um sentimento de brasilidade que viesse de encontro às diretrizes do Estado Autoritário. Somava-se a isso a construção/organização de uma identidade específica para o trabalhador que se coadunasse com os interesses do capitalismo industrial em formação. É preciso considerar que em um Brasil ainda predominantemente rural, a educação profissionalizante era um fator estratégico para que as áreas industriais tivessem maiores condições de absorver as massas rurais, incorporando-as gradativamente a força de trabalho urbano-industrial.

---

<sup>6</sup> CPDOC/FGV-RJ. Arquivo Gustavo Capanema. GC b Lodi, E.

<sup>7</sup> Constituição de 1937, artigo 129. Apud SCHWARTZMAN [et all], 2000.

<sup>8</sup> Vide a referência completa na bibliografia.

A implementação da aprendizagem industrial pelo Estado Novo não ocorreu sem conflito de interesses entre os responsáveis por arcar com o ônus pelo processo. Em reunião do conselho diretor e da diretoria da Federação Industrial do Rio de Janeiro (Firjan), realizada em 19 de janeiro de 1938, Júlio Pedroso de Lima Júnior ressaltou que o Ministério da Educação e Saúde Pública estava elaborando um projeto de lei que instituiria o ensino profissional nos estabelecimentos industriais – as expensas destes. De acordo com a determinação do Ministério, o ensino aos aprendizes da indústria não poderia ser inferior a décima parte do seu operariado. De acordo com essa diretriz política da gestão Capanema, o ensino profissional aos aprendizes tornava-se responsabilidade do empregador, que deveria realiza-lo “dentro da própria organização industrial.” O processo de aprendizagem deveria ser concluído no período de dois a quatro anos.<sup>9</sup>

Raul Leite, presidindo a reunião, reclamou do ônus que tais medidas representavam para as fábricas. Ressaltou, ainda, que acarretariam “grandes inconvenientes de ordem administrativa” na vida das empresas. A secretaria da FIRJ foi encarregada de organizar junto aos industriais “uma atitude harmônica em defesa dos interesses comuns.”<sup>10</sup> As evidências disponíveis na ata mostram o conflito com o Ministério Capanema, motivado pela insatisfação em ter recaído sobre os industriais a responsabilidade de assumir os custos da organização da aprendizagem industrial.

No ano seguinte, a reclamação de arcar com os custos do ensino profissional veio por parte dos industriais paulistas. Em documento datado de 1º de setembro de 1939, a Federação das Indústrias Paulistas (FIP), em carta assinada pelo industrial Roberto Simonsen – presidente da FIP, enviou suas reclamações a Saul de Gusmão<sup>11</sup>, então presidente da Comissão Interministerial (CARONE, 1977). Por meio de seu aparelho privado, o empresariado industrial representado pela FIP contestava o artigo 4º, do decreto-lei nº 1238 de 02 de maio de 1939, o qual determinava que os estabelecimentos em que trabalhassem mais de quinhentos empregados, o empregador ficaria obrigado a manter “cursos de aperfeiçoamento profissional para adultos e menores.”<sup>12</sup>

---

<sup>9</sup> Ata de Reunião da Diretoria e Conselho Diretor da FIRJ, 19 de janeiro de 1938. pp. 04-05. Acervo da Biblioteca da Firjan – RJ.

<sup>10</sup> Idem, p. 05.

<sup>11</sup> Juiz de menores do Distrito Federal. Presidiu a Comissão Interministerial formada pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, com a finalidade de traçar políticas que norteariam o aperfeiçoamento profissional.

<sup>12</sup> Decreto-Lei n. 1.238, de 02 de maio de 1939.

Simonsen argumentou que o artigo 4º do referido decreto era inconstitucional, pois desrespeitava dois princípios consagrados na Carta de 10 de novembro de 1937 (o artigo 122, inciso 1º, e o artigo 129). A saber, violava o princípio da igualdade ao atribuir para os industriais um ônus que não pesaria sobre as demais classes e, porque era dever da União, estados e municípios assegurarem, por meio da fundação de instituições públicas de ensino, a educação em todos os seus graus. Contudo, apesar de tal argumentação, firmava que colaboraria com o projeto, mas solicitava que o governo não implementasse o projeto sem antes ouvir as contrapropostas dos sindicatos e federações dos industriais (CARONE, 1977).

Conflitos que surgiam em decorrência da ingerência do Estado na educação não se limitavam ao ensino industrial e tampouco excluíaam os agentes que integravam os altos postos do Executivo. Em 04 de junho de 1937, Getúlio Vargas registrou em seu diário um desentendimento com o Benedito Valadares, governador de Minas Gerais, causado porque Vargas nomeou um inspetor de ensino<sup>13</sup> para um colégio de Juiz de Fora sem consultar Valadares. O governador intimou o ministro da Educação, Gustavo Capanema, e pressionou-o a pedir demissão do cargo – não obtendo êxito. Para acalmar Valadares, Pedro Aleixo, presidente da Câmara dos Deputados, viajou para Belo Horizonte. Vargas registrou, lamentando-se: “o homem a quem dei o governo do maior estado do Brasil não me permite nomear, sem a sua audiência, um simples inspetor de ensino. E esse inspetor chama-se Lindolfo Gomes, um velho mineiro, um professor cultíssimo e paupérrimo! (...)” (VARGAS, 1995).

Esse conflito entre Valadares e Vargas devido a nomeação de inspetor escolar pelo presidente sem consultar o governador, deixa evidente que as forças políticas compreendem a escola como um espaço estratégico para a execução de seus projetos, sendo um espaço social no qual o referido governador mineiro não estava disposto a permitir que sua autoridade no estado que governava fosse enfraquecida. Entretanto, a mudança na dinâmica de poder suscitada pelo golpe do Estado Novo favoreceria a centralização do poder em detrimento das autonomias estaduais.

Mesmo com a decretação do Estado Novo, é equivocado supor que a ditadura tivesse criado sérios obstáculos à ingerência dos intelectuais orgânicos da indústria, por

---

<sup>13</sup> O inspetor escolar, na época, atuava como supervisor das escolas públicas e privadas de instrução primária e secundária. “Esses profissionais tinham a função de fiscalizar as escolas, verificando o atendimento às orientações legais do Departamento de Educação quanto à gestão, à docência e práticas pedagógicas.” Para detalhes, vide ABREU, Humberto Magela de. INSPEÇÃO ESCOLAR: do controle à democratização do ensino.

meio da atuação de seus aparelhos privados, na formulação das diretrizes políticas que, no campo de educação, viessem de encontro a seus interesses de classe. Em ata da reunião conjunta da diretoria e conselho diretor da Federação Industrial do Rio de Janeiro, realizada em 17 de maio de 1939, presidida por Euvaldo Lodi, com mesa formada por Waldemar Cruz e Nestor Moura Brasil, Lodi reforçou o interesse na criação de “cursos de aperfeiçoamento profissional para adultos e menores em todos os estabelecimentos em que [trabalhassem] mais de quinhentos operários.” Informou, a seguir, que uma comissão, formada por representantes dos Ministérios da Educação e do Trabalho, elaboraria “a regulamentação do decreto-lei que instituiu os cursos de aperfeiçoamento.”

Euvaldo Lodi afirmou que Waldemar Falcão – ministro do Trabalho, Indústria e Comércio – lhe prometera que, no momento oportuno, divulgaria a data em que o Ministério receberia sugestões dos interessados. Ao comentar a respeito dos cursos de aperfeiçoamento profissional em diversos países, especialmente na Alemanha, Euvaldo Lodi ressaltou que tal iniciativa produziria excelentes resultados no meio empresarial.<sup>14</sup> Os documentos analisados demonstram que por meio de suas agências na sociedade civil, os empresários industriais influenciavam diretamente nas agências que, na sociedade política, eram estratégicas para atender suas demandas. No caso supracitado, a articulação com as pastas da Educação e Saúde Pública e do Trabalho, Indústria e Comércio demonstra o alcance das associações de classe como partidos políticos a serviço dos interesses de seus associados.

Chama a atenção, ainda, o registro na ata de reunião da FIRJ, do fato do modelo de educação profissional alemã ser citado como fonte de grande exemplo. Cumpre ressaltar que em 1939, na Alemanha, o governo de Hitler, apoiado pelo partido nazista, dirigia toda a sociedade com “mãos de ferro” – não sendo diferente com o sistema de ensino alemão. No entanto, no contexto desse documento, o entusiasmo do industrial Euvaldo Lodi com a modelo educacional derivado do fascismo alemão não é algo surpreendente se considerarmos que, no Brasil, a Constituição de 1937 era inspirada pela Carta Magna da Polônia fascista.

Convém não desconsiderar que a inclusão dos jovens – filhas e filhos das classes e frações trabalhadores – no sistema de aprendizagem industrial não os excluía de serem utilizados como força de trabalho nas fábricas. Em abril de 1938, por documento oficial

---

<sup>14</sup> Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor da FIRJ, realizada em 17 de maio de 1939.



do MESP, Gustavo Capanema reiterou o regulamento aprovado pelo decreto-lei n. 399, de 30 de abril de 1938, art. 5º, pelo qual as Comissões do Salário Mínimo poderiam estabelecer para os jovens aprendizes ou os que exercessem “serviços especializados”<sup>15</sup>, um salário cujo valor fosse até metade do salário mínimo normal pago na região onde trabalhassem.<sup>16</sup>

Ao estipular, para o setor industrial, o valor de troca entre o capital e a força de trabalho dos jovens aprendizes ou os “especialistas” como custando até 50% menos do que o de um trabalhador adulto, o Estado Varguista contribuía significativamente para que os industriais aumentassem sua taxa de lucro na exploração do trabalho desses jovens. Conforme ressaltou Karl Marx, em troca do trabalho o capitalista recebe trabalho produtivo, i.e., “força produtiva e força reprodutiva do capital” (MARX, 2011). Educados pelo sistema de ensino industrial e legalmente inseridos pelo Estado no conjunto das forças produtivas exploradas pelos industriais, a um custo bem mais baixo, a exploração do trabalho dessa massa de jovens resultava em potencial incremento na extração de mais valia pelo capital industrial.

## **2. O ministério Capanema, as associações industriais e a educação industrial**

Conforme ressaltou Helena Bomeny, Gustavo Capanema manteve-se na pasta da Educação e Saúde Pública durante onze anos<sup>17</sup> e, em sua gestão, ele tomou o cuidado de agregar

em torno de si uma linhagem de homens ilustres nos campos da educação, da cultura e das artes, deixando-nos a responsabilidade de avaliar as políticas e projetos ali implementados, a despeito das estrelas de primeira grandeza<sup>18</sup> que compunham a constelação do poder ministerial.<sup>19</sup>

---

<sup>15</sup> Decreto-lei nº 399, de 30 de abril de 1938. Art. 5º, primeiro parágrafo, considerava “aprendizes os menores de 18 a maiores de 14 anos, cuja educação profissional não” havia se completado. No segundo parágrafo, considerava serviços especializados os que, dada a sua complexidade técnica, os menores só pudessem ser aproveitados no trabalho como auxiliares.

<sup>16</sup> CPDOC-FGV/RJ. Arquivo Gustavo Capanema.

<sup>17</sup> Exercício de 26/07/1934 a 30/10/1945. Acervo da Biblioteca da Firjan – RJ.

<sup>18</sup> Entre os intelectuais que compunham o ministério Capanema, destacamos Alceu Amoroso Lima – o qual consagrou-se mais tarde com o nome de Tristão de Ataíde – Anísio Teixeira, Carlos Drummond de Andrade, Jorge de Lima, Lourenço Filho, Manuel Bandeira, Mário de Andrade, Rodrigo de Mello Franco e Villa-Lobos. Apesar do seu vínculo social com a vanguarda intelectual da época, como os modernistas, os pioneiros da Escola Nova, além de músicos e poetas, é importante não perder de vista, porém, o caráter coercitivo do Ministério da Educação e Saúde Pública – resultando na perseguição aos comunistas, no fechamento da Universidade do Distrito Federal, instituição de ensino superior onde atuavam setores liberais da intelectualidade do Rio de Janeiro (1935-1939). O Ministério Capanema apoiou, também, a política nacionalista repressiva contra “às escolas dos núcleos estrangeiros existentes no Brasil”. (BOMENY, In: PANDOLFI, 1999).

<sup>19</sup> Idem, Ibidem. p. 137.

A participação política dos empresários industriais no Ministério Capanema pode ser mensurada quando observamos que Jurandir Lodi era diretor da Divisão de Ensino Superior no MESP. Outro aspecto interessante que convém elucidar é a participação dos intelectuais orgânicos da indústria na composição social do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. O relatório da diretoria da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJ), relativo ao exercício de 1943, registrou como ocorreu a organização política dos órgãos dirigentes do SENAI.

Por meio do seu conselho diretor, cabia a FIRJ o direito de escolher seus representantes no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. Como mandatários da referida agência da sociedade civil foram escolhidos Antônio Lacerda de Menezes, Eduardo Pederneiras e João Baylongue<sup>20</sup>. O MESP era representado por Otacílio Negrão de Lima, e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por seu turno, era representado por Oswaldo Carijó de Castro<sup>21</sup>.

Aprovado pelo decreto nº 10.009, de 16 de julho de 1942, o regimento interno do SENAI normatizou a respeito dos critérios para a composição seu conselho regional. Foi estabelecido que, no Distrito Federal, o Conselho Regional do SENAI na capital federal seria formado pelo presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro<sup>22</sup>, por três representantes dos empregadores das atividades produtoras da capital federal, por um delegado no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e um representante do Ministério da Educação e Saúde Pública.<sup>23</sup> Na condição de representante de frações do capital industrial no Estado capitalista, é pertinente apresentar alguns aspectos do pensamento de Euvaldo Lodi a respeito da educação industrial. Segundo a análise de Lodi, a educação no Brasil não acompanhou

as transformações econômicas e sociais e, pois muito menos, contribuiu construtivamente para orientá-las segundo suas tendências naturais. Com efeito, não é possível negar, por mais que desejemos (...), que a educação tem sido, desde então, quantitativamente deficiente e qualitativamente inadequada. A industrialização pouco se beneficiou da escolaridade, fazendo-se mesmo independentemente ou a despeito dela (LODI apud MOURÃO, 1992).

No pensamento social das lideranças das frações do empresariado industrial do período, era consenso que deveria haver uma política educacional voltada

---

<sup>20</sup> J. Baylongue era representante, na FIRJ, do *Sindicato das Indústrias Mecânicas e do Material Elétrico*. Vide **Relatório da Diretoria da FIRJ**, exercício de 1943, p. 03. Acervo da Biblioteca da Firjan – RJ.

<sup>21</sup> **Relatório da Diretoria da FIRJ**, exercício de 1943. p. 05. Acervo da Biblioteca da Firjan – RJ.

<sup>22</sup> O presidente da FIRJ era o empresário industrial Euvaldo Lodi.

<sup>23</sup> Idem, exercício de 1943, p. 05. Acervo da Biblioteca da Firjan – RJ.

especificamente para a formação e qualificação da mão de obra fabril. Com a finalidade de atender tais demandas, o governo federal criou estabelecimentos de ensino para qualificar o operariado, formando escolas de aprendizagem industrial. Essas escolas eram frequentadas por trabalhadores menores de idade. Provenientes dos estabelecimentos industriais, tais instituições de ensino se caracterizavam por seu horário reduzido, posto que o trabalho escolar propriamente dito ocupava uma ínfima parcela de seu período letivo, “destinando-se a outra parte ao trabalho próprio do operário” (CAPANEMA apud: SCHWARTZMAN, 1983).

Dava-se, deste modo, uma clara distinção das classes dominantes entre o trabalho manual desempenhado pelo operariado fabril e o trabalho mais ‘intelectual’ realizado por trabalhadores cuja educação escolar não os preparou especificamente para se tornarem força de trabalho que seria explorado nas fábricas na condição de operários. O projeto político-pedagógico de criar o SENAI uniu os interesses de grupos industriais vinculados a diferentes setores. Em discurso pronunciado na Faculdade de Engenharia Industrial da Universidade de São Paulo, em 21 de outubro de 1948, o empresário Valentim Fernandes Bouças, representante comercial de firmas estadunidenses, afirmou que

Data de poucos anos a instituição de escolas industriais mais positivas, e a própria indústria teve de compreender que devia operar diretamente no campo do ensino técnico. Tive oportunidade de formar ao lado de Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi na tarefa da criação do órgão que superintende estas escolas, o SENAI e a apreciação do panorama, ainda não modificado fundamentalmente, leva-me a exortar todos quantos se interessam pelo progresso industrial do país a que concorram na medida de suas forças pela difusão do ensino e da técnica entre nós (BOUÇAS, 1955).

A organização dos empresários industriais em blocos de pressão formados a partir da organização/mobilização de seus aparelhos privados de hegemonia e sua maior inserção nas agências da sociedade política resultou na maior intervenção do Estado capitalista na educação industrial. O sentido da intervenção governamental na formulação do SENAI surgiu como uma resposta às solicitações das frações do capital industrial pela formulação de um projeto que viesse de encontro às expectativas dos intelectuais orgânicos representantes dos industriais e do setor comercial – como, por exemplo, Euvaldo Lodi, Roberto Simonsen e Valentim Bouças.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> Para detalhes sobre a atuação das lideranças do empresariado no Estado brasileiro durante o Primeiro Governo Vargas, vide livro de Maurício MARGALHO (2018).

É preciso ter em conta que o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial está profundamente vinculado ao projeto do Estado Nacionalista Autoritário de colocar-se como árbitro nas relações entre capital e trabalho. Assegurava as condições socioculturais necessárias para a formação de técnicos habilitados a trabalharem nas fábricas. Considerando que os mais jovens costumam ser mais suscetíveis ao aprendizado das novas tecnologias, as escolas absorveriam o público entre 14 e 16 anos. No dia 07 de março de 1943, em discurso pronunciado em Volta Redonda, Getúlio Vargas afirmou que a transformação vivenciada pela industrialização básica<sup>25</sup> no Brasil exigia

o trato de uma questão pessoal. E a formação de técnicos. O Serviço de Ensino Industrial instituindo escolas de fábrica [daria], dentro de pouco tempo, um número avultado de trabalhadores e especializados, e a rede de 200 escolas profissionais [iria] preparando jovens de 14 a 16 anos para as atividades que o desenvolvimento das indústrias comporta. Deste impulso, em que colaboram o Governo e as empresas privadas, constitui padrão o Liceu Nacional do Rio de Janeiro (VARGAS, 2004).

Considerando que o sistema de ensino contribui para assegurar a reprodução das relações de força entre as classes, a reprodução social da força de trabalho industrial passava, obrigatoriamente, pela sua reprodução cultural no âmbito escolar. A violência simbólica perpetrada pelo Estado capitalista contra frações do proletariado urbano-industrial se iniciava no processo de ensino industrial, educando e disciplinando os jovens para as condições de exploração impostas pelo capital industrial. Os empresários industriais se engajaram na formação de sua mão de obra. Ciente das demandas das classes e frações industriais, o governo de Getúlio Vargas realizou uma política de estruturação do ensino profissional, com o objetivo de formar o operariado fabril de que o país tanto necessitava. Para tanto, contou com o apoio dos setores produtivos da indústria (MOURÃO, 1992).

O sociólogo Pierre Bourdieu, grande teórico da violência simbólica, analisou “a responsabilidade da escola na perpetuação das desigualdades sociais”, demonstrando que seu funcionamento e sua função estão vinculados a necessidade de conservação social por parte dos que detêm o poder (BOURDIEU, 2007). Dentro dessa lógica, compreendemos a formação do sistema de ensino industrial no Brasil no contexto em que o Estado capitalista brasileiro reorganizava os conteúdos socioculturais dos programas escolares de acordo com as demandas de (re)estruturação da ordem

---

<sup>25</sup> Referência às indústrias de base. Nesse caso, Vargas refere-se especificamente ao setor siderúrgico.

socioeconômica próprias de seu tempo. No que tange análise da educação de acordo com teoria da violência simbólica, Dermeval Saviani ressalta que, para essa teoria, “a função da educação é a reprodução das desigualdades sociais. Pela reprodução cultural, ela contribui especificamente para a reprodução social” (SAVIANI, 1999).

A conjuntura proveniente da Segunda Guerra Mundial, ao dificultar as importações para o Brasil, contribuiu para a “decisão do presidente da República de criar um sistema nacional de preparação de mão de obra para a indústria” (SAVIANI, 1999). Cumpre elucidar que a guerra obstaculizou a importação, inclusive, de técnicos estrangeiros responsáveis pelos trabalhos especializados nas unidades fabris. As classes dominantes engajadas no projeto de formação de uma indústria de base perceberam que formar e qualificar no país o operariado seria a solução para esse problema. Para isso, havia mister a organização de um sistema de ensino voltado especificamente para tal projeto político pedagógico.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial capacitaria o operariado, dando-lhe o conhecimento técnico-industrial que o habilitaria a ter um elevado desempenho no campo da produção fabril. Nesse sentido, as palavras de Euvaldo Lodi são muito elucidativas para que possamos compreender como os intelectuais orgânicos dos industriais, atuando junto das agências da sociedade política, expressavam esse pensamento. Dentro dessa perspectiva, Euvaldo Lodi escreveu que

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial deu (...) aos operários o conhecimento técnico, para que possam produzir mais e melhor. [Estava] criando técnicos para o Brasil. É uma obra que surgiu da iniciativa individual e já está feita. Seu desenvolvimento depende do tempo e de mais nada (LODI apud MOURÃO, 1992)

O Estado assumiu a função de árbitro nas questões culturais. Isso passava, inevitavelmente, por uma intervenção mais incisiva na educação. O sistema de ensino industrial preparava os alicerces para que as escolas industriais se constituíssem como verdadeiros laboratórios onde os “jovens aprendizes” eram disciplinados para trabalhar no espaço da fábrica. Assim, o SENAI assegurava as condições didáticas e pedagógicas para que a aprendizagem industrial perpetuasse a posição social ocupada por esses jovens – filhos de trabalhadores, no mundo do trabalho.

Em reunião conjunta da diretoria e conselho diretor do Centro Industrial do Rio de Janeiro (CIRJ), realizada no dia 1º de outubro de 1942, Euvaldo Lodi, presidente do CIRJ, deu ciência que o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários se

encontrava “em pleno funcionamento, com a constituição de seus órgãos técnicos, no Departamento Nacional e nos estados de” Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. Segundo informou Lodi, com a finalidade de atender a demanda por uma força de trabalho capaz de produzir nas fábricas engajadas na economia de guerra, o SENAI instituiu cursos emergenciais voltados especificamente “para [a] preparação, em curto prazo, de operários para as indústrias.”

26

A intervenção dos representantes capital industrial em aspectos relacionados à formação de operários mais qualificados para o trabalho fabril passava, também, pela ampliação da alfabetização no Brasil. Sem isso, a formação de técnicos-industriais não seria factível. O plano político-pedagógico voltado para a alfabetização em massa foi traçado no começo do Governo Provisório. Pelo “decreto nº 21.731, de 15 de agosto de 1932, a Cruzada Nacional de Educação foi declarada de utilidade pública.” A alfabetização passou a ser considerada como um “elemento básico para a solução de todos os problemas políticos e sociais do Brasil” (BICA & CORSETTI, 2011).

Análise da ata de reunião da diretoria e conselho diretor do Centro Industrial do Rio de Janeiro, realizada em 1º de outubro de 1943 e presidida por Euvaldo Lodi, mostra que o Centro incentivou os filiados a adquirirem bônus de guerra destinados a angariar fundos para financiar a Cruzada Nacional de Educação, cuja finalidade central era promover a alfabetização no Brasil.<sup>27</sup> Ao obter títulos que ajudariam a fornecer recursos destinados à alfabetização, os industriais usavam parte de seu capital para ajudar o Governo nessa campanha.

As associações de classe industrial auxiliavam no financiamento do ensino industrial. O setor produtivo industrial contribuiu na arrecadação para manter o SENAI. Em 22 de outubro de 1943, os membros do CIRJ foram comunicados por seu presidente, durante reunião, que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) estava “examinando uma nova forma de arrecadação para o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.” O novo método de arrecadação consistiria em uma única

---

<sup>26</sup> Ata de Reunião da Diretoria e Conselho Diretor da CIRJ, 1º de outubro de 1942. p. 03. Acervo da Biblioteca da Firjan – RJ.

<sup>27</sup> Ata de Reunião da Diretoria e Conselho Diretor do CIRJ, 1º de outubro de 1943. p. 01. Acervo da Biblioteca da Firjan – RJ.

taxa, “aplicada sobre a folha de pagamento das empresas sujeitas ao SENAI.” Com isso, seria encerrado o antigo modo de arrecadação, de dois cruzeiros por empregado.<sup>28</sup>

Em outubro de 1944, a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos publicou um artigo mencionando que “o serviço de aprendizagem industrial mantido pela Confederação Nacional da Indústria” havia se ampliado bastante, de modo que em dois anos de funcionamento, quarenta e duas escolas haviam sido instaladas “do Ceará ao Rio Grande do Sul”, as quais foram acrescidas mais dez escolas “mantidas pelos próprios estabelecimentos interessados, em Pernambuco, no Distrito Federal”, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

O mesmo artigo informa, ainda, que seria criada a Escola Central de Indústria Têxtil, cuja direção caberia aos técnicos brasileiros enviados pela CNI para cumprir estágio de um ano nos institutos tecnológicos da Carolina do Norte, Filadélfia e Massachusetts – EUA. Esses técnicos brasileiros foram mantidos com bolsas de estudo concedidas pelo serviço de aprendizagem na CNI. A escolha do setor fabril de tecidos como ponto de partida para executar o projeto de aprendizagem industrial justificava-se pelo fato de ser o mesmo o mais extenso setor industrial no Brasil e que, portanto, o benefício do serviço de aprendizagem nele instalado compensaria a despesa com a montagem da escola.

Uma vez obtida a experiência com a criação e administração de uma escola de aprendizagem industrial no setor têxtil, expandiriam o projeto para outros setores industriais e, do mesmo modo, formariam técnicos voltados ao atendimento de suas especialidades de modo a ampliar a formação profissional de operários de outros setores. No que se refere as atribuições da CNI para com o serviço de aprendizagem industrial, ela não era responsável apenas por custear o projeto, também influenciou na formulação das diretrizes políticas, pois o governo federal orientou nas sugestões e pareceres “das próprias indústrias interessadas.”<sup>29</sup>

Além de sua finalidade principal, que era organizar e manter escolas articuladas com indústrias, formando força de trabalho capacitada ao atendimento dos seus interesses, o SENAI também servia como locus de atendimento aos interesses de aliados políticos de empresários vinculados a Confederação Nacional da Indústria. Em 07 de agosto de 1945, o ministro Gustavo Capanema enviou carta a Euvaldo Lodi, contendo

---

<sup>28</sup> Ata de Reunião da Diretoria e Conselho Diretor do CIRJ, 22 de outubro de 1943. p. 01. Acervo da Biblioteca da Firjan – RJ.

<sup>29</sup> Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Vol. II. Outubro de 1944. N. 4.

em anexo um cartão do general José Meira de Vasconcelos, em que o oficial solicitava que Henrique Christo Alves fosse admitido como médico no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.<sup>30</sup> Não descobrimos quem era o médico, contudo, o general José Meira de Vasconcelos<sup>31</sup> era uma figura importante no meio político e militar e estava vinculado ao governo Vargas. Em março de 1942, havia sido transferido para a reserva após ter prestado longa folha de serviços ao governo.

## CONCLUSÃO

Em última análise, através de suas agências da sociedade civil os empresários industriais influenciaram a formulação de muitas diretrizes políticas do governo Vargas. No que se relaciona a aprendizagem industrial, a influência das lideranças orgânicas dos industriais na formulação das políticas está registrada nas atas e relatórios do Centro Industrial do Brasil e da Federação Industrial do Rio de Janeiro – por exemplo. Evidências adicionais encontradas nos relatórios da diretoria da FIRJ mostram que empresários vinculados a esse aparelho privado ocupavam cargos no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

O relatório da FIRJ afirma que o SENAI funcionava em todo o território brasileiro, “produzindo os frutos que o progresso da mão de obra e a emancipação econômica do Brasil estão, constantemente, a exigir.”<sup>32</sup> O êxito do SENAI, segundo o relatório, consistia na instalação de seus cursos em vários estados do país, contando com a colaboração dos industriais do Brasil. Quanto ao Conselho Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial que funcionava no Distrito Federal, a jurisdição do mesmo abrangia os estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. Era presidido por Euvaldo Lodi – então presidente da CNI e da FIRJ – auxiliado no conselho do SENAI por Antônio Lacerda de Menezes, Eduardo Pederneiras e João Baylongue, representantes de sindicatos filiados a FIRJ.

Tinham assento no conselho do SENAI na capital federal, outrossim, Oswaldo Carijó de Castro e Octacílio Negrão de Lima – representantes, respectivamente, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e do Ministério da Educação e Saúde Pública. Os representantes das empresas de transporte também ocupavam o espaço

---

<sup>30</sup> CPDOC/FGV-RJ. Arquivo Euvaldo Lodi. GC / LODI, E. CP, 0385.

<sup>31</sup> Oficial que ocupou posição de destaque no governo Vargas – especialmente no período de 1934 a 1944. Foi presidente do Clube Militar, tomou posse em 26 de junho de 1939 e exerceu a função até 1944. Vide Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, disponível online.

<sup>32</sup> *Relatório da Diretoria da FIRJ*. Exercício de 1945. pp. 06-07. Acervo da Biblioteca da Firjan – RJ.



político dentro do SENAI. Consta do relatório da FIRJ que José Moacyr de Andrade Sobrinho, “Diretor da Divisão de Ensino e Seleção da Estrada de Ferro Central do Brasil”<sup>33</sup>, colaborava para que a aprendizagem industrial pudesse atingir seus objetivos.

Em termos mais precisos, a sociologia político-pedagógica dos porta-vozes do capital industrial e suas frações assegurava a reprodução sociocultural de um operariado mais qualificado para o trabalho nas indústrias. A aprendizagem industrial educava agentes dotados de um conhecimento técnico que os direcionava especificamente para o trabalho no espaço social da fábrica, assegurando a reprodução social excludente e exploradora que, na sociedade capitalista, caracteriza as relações entre os operários e seus patrões.

Conforme ressaltou István Mészáros, “os processos educacionais e os processos sociais de reprodução estão intimamente ligados” (MÉSZÁROS, 2008). Em outros termos, a natureza da educação está relacionada ao destino que terão os educandos no mundo do trabalho. Na sociedade capitalista, o processo de complexificação que resulta das revoluções industriais faz com que, cada vez mais, o Estado, em nível de suas agências na sociedade civil e política, busque intervir na formulação e condução das políticas de educação de modo cada vez mais incisivo e mais refratário a qualquer projeto de construção de uma escola que vá além dos limites cada vez mais estreitos demarcados pelo capital para as classes subalternas.

#### Bibliografia & Fontes Usadas

ABREU, Humberto Magela de. INSPEÇÃO ESCOLAR: do controle à democratização do ensino. Disponível em < <http://blog.newtonpaiva.br/pos/e6-ped43-inspecao-escolar-do-controle-a-democratizacao-do-ensino/> > Acessado em 31.12.2018.

Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor da **Federação Industrial do Rio de Janeiro**, realizada em 17 de maio de 1939. Acervo da Biblioteca da Firjan – RJ.

Ata da Reunião Conjunta da Diretoria e Conselho Diretor da **Federação Industrial do Rio de Janeiro**, realizada em 17 de maio de 1939.

Ata de Reunião da Diretoria e Conselho Diretor do **Centro Industrial do Rio de Janeiro**, 1º de outubro de 1942. p. 03. Acervo da Biblioteca da Firjan – RJ.

Ata de Reunião da Diretoria e Conselho Diretor do **Centro Industrial do Rio de Janeiro**, 1º de outubro de 1943. p. 01. Acervo da Biblioteca da Firjan – RJ.

---

<sup>33</sup> *Relatório da Diretoria da FIRJ*. Exercício de 1945, p. 07. Acervo da Biblioteca da Firjan – RJ.

Ata de Reunião da Diretoria e Conselho Diretor do **Centro Industrial do Rio de Janeiro**, 22 de outubro de 1943. p. 01. Acervo da Biblioteca da Firjan – RJ.

BICA, Alessandro Carvalho & CORSETTI, Berenice. O prelúdio das campanhas de alfabetização na era Vargas: a Cruzada Nacional de Educação. *História da Educação*. Vol. 15, n. 33, Jan. / Abr. 2011. p. 170-180.

BIESIEGEL, Celso de Rui. Educação e Sociedade no Brasil após 1930. In: FAUSTO, Boris. **O Brasil Republicano. Economia e Cultura (1930-1964)**. – 4ª Ed.; RJ: Bertrand Brasil, 2007 (História Geral da Civilização Brasileira). Tomo 03, Vol. 11.

BOMENY, Helena. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. RJ: Editora FGV, 1999. p. 137.

BOUÇAS, Valentim. **Estudos Econômicos e Financeiros: meio século de trabalho**. Vol. III. Edições Financeiras S/A, RJ: 1955. Acervo da Biblioteca do Ministério na Fazenda, RJ.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. SP: Perspectiva, 2013. – 7ª ed.; – 1ª reimpressão.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. 9º ed.; Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. P. 53 e segs.

CARONE, Edgar. **O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)**. Difel, RJ-SP: 1977.

CPDOC-FGV/RJ. Arquivo Gustavo Capanema. Ministério da Educação e Saúde – Educação e Cultura. GC g 1938.04.30.

**Decreto-Lei nº 1.238**, de 02 de maio de 1939. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1238-2-maio-1939-349345-publicacaooriginal-1-pe.html> >, acesso em 31.12.2018.

**Decreto-Lei nº 399**, de 30 de abril de 1938. Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-399-30-abril-1938-348733-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em 05.03.2019.

**Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**, disponível em <https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere. Os intelectuais; o princípio educativo; Jornalismo**. – 6ª Ed. RJ: Civilização Brasileira, 2011. Vol. 2.

MARGALHO, Maurício Gonçalves. **Estado, Empresários e Política: a hegemonia em construção (1930-1945)**. RJ: Autografia Ed., 2018.

- MARX, Karl. **Grundrisse**. Boitempo, 2011.
- MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. – 2ª ed., SP: Boitempo, 2008. p. 25.
- Ministério da Educação e Saúde. **O Ensino no Brasil no quinquênio 1932-1936**. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Boletim nº 01, 1939.
- MOURÃO, Eliana. Euvaldo Lodi – **Fragmentos de Memória**. Belo Horizonte, Senai – MG, 1992 (Coleção Memória SENAI, 4).
- REGO, Pedro da Costa. O aperfeiçoamento do ensino industrial. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Vol. II. Outubro de 1944. N. 4. pp. 155, 156, 157.
- Relatório da Diretoria da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro**, exercício de 1943. Acervo da Biblioteca da Firjan – RJ.
- Relatório da Diretoria da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro**. Exercício de 1945. Acervo da Biblioteca da Firjan – RJ.
- ROMANELI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. – 8ª ed., RJ/Petrópolis: Vozes, 1986.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. – 32ª ed.; Campinas, SP: 1999.
- SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Estado Novo, um auto-retrato (Arquivo Gustavo Capanema)**. Brasília, CPDOC/FGV, Editora Universidade de Brasília, c1983 (Coleção Temas Brasileiros, 24).
- SCHWARTZMAN, Simon [et all]. **Tempos de Capanema**. SP: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.
- VARGAS, Getúlio. **Diário**. SP: Siciliano; RJ: FGV, 1995. Vol. 2.
- VARGAS, Getúlio. **O Pensamento Político de Getúlio Vargas**. Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Museu Júlio de Castilhos, realizadores. Porto Alegre, RS, 2004 (O Pensamento Político). p. 104.